

Atualidade econômica

Visão da semana: ofensiva preventiva contra a recessão

A semana finda teve um abundante noticiário econômico centrado em torno de um tema: a luta contra as tendências à recessão que começam a se fazer sentir na economia — embora seja certo que o Brasil ainda não entrou numa fase de nítida recessão. As autoridades monetárias e o governo mostraram claramente pelas medidas adotadas que não permitirão que se acentue a queda de negócios, a qual se verifica em alguns setores.

Diante de uma ameaça de recessão, o governo tem um dever essencial: manter em nível adequado os investimentos públicos capazes de exercer um poder compensatório. Ora, com a instalação de novos governos estaduais, verificou-se que a situação financeira dos Estados e Municípios está longe de ser satisfatória. Por isso, o governo federal decidiu imediatamente facilitar os empréstimos do Banco do Brasil a várias unidades da Federação sob a forma de adiantamento de receitas, com o objetivo de evitar qualquer solução de continuidade na realização dos investimentos públicos.

O aumento do endividamento, entretanto, constitui um mero paliativo: para ele deve procurar-se uma solução diferente. O governo está estudando um sistema que permitirá a progressiva transferência aos Estados e Municípios da mesma percentagem dos recursos oriundos da arrecadação do IPI e do Imposto sobre a Renda que retornava em 1968. Isto é, o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que é atualmente de 12%, poderá ser elevado progressivamente a seu nível anterior: 20%.

Não será suficiente, no entanto, favorecer os investimentos públicos: é necessário também dar um impulso aos investimentos privados, especialmente nos setores em que existem grandes necessidades da demanda, se é que se pretende realmente diminuir as importações. Ora, atualmente, o único obstáculo à realização desses investimentos privados reside na taxa de juros excessivos do BNDE para o financiamento de investimentos. A redução da taxa de juros decretada algumas semanas atrás tem para o financiamento de alta taxa de correção monetária. É com satisfação que,

nesta semana finda, registramos declarações do ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen e do ministro João Paulo dos Reis Velloso admitindo que, sem tocar no princípio da correção monetária, esta poderia ser corrigida. Com isso, espera-se uma retomada do ritmo de investimentos privados. O importante, porém, é que as autoridades enfrentem rapidamente este problema.

Não será suficiente, contudo, reativar apenas os investimentos: deve procurar dar-se um impulso à demanda. Já este objetivo foi levado em conta com uma revisão da política salarial, a qual deverá ser consolidada com a fixação do novo salário a vigorar em maio. Verifica-se por outro lado, no entanto, que as financeiras vêm enfrentando dificuldades para obter recursos. Por isso, o Banco Central acaba de liberar a taxa de juros (correção monetária prefixada) para a captação de recursos, mantendo, no entanto, as taxas de juros para operações ativas (empréstimos) dos bancos de investimento e das financeiras. Estas instituições podem, naturalmente, aumentar a remuneração dos investidores, reduzindo o "spread" entre operações passivas e operações ativas. Convém evitar-se, porém, que, com a pressão dos investidores, as taxas de juros para captação de recursos aumentem de um modo indesejável, especialmente quando se verifica uma redução da taxa de inflação.

Tendo em vista esse risco, as autoridades monetárias, nesta semana finda, decidiram aumentar a liquidez do sistema com a injeção no sistema financeiro de refinanciamentos compensatórios da ordem de Cr\$ 1,8 bilhão suplementares. Assim, os bancos comerciais terão uma liquidez maior, o que deverá refletir-se nas disponibilidades do mercado monetário e assim evitar uma pressão dos investidores.

Neste panorama, que mostra uma sadia reação das autoridades, temos apenas a lamentar a atitude dos Estados do Ceará e da Paraíba que, recusando a autorização de isentar do ICM o algodão de São Paulo, não contribuem para afastar um clima de recessão no Interior, problema que analisamos em nossa página editorial.